

## **SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A POPULAÇÃO INVÍVEL DO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA**

FRANCINE MARQUES (1); CAMILA SILVA GONZALES (2); DANIELE DE LIMA  
DAIELLO (3); CRISTINE JAQUES RIBEIRO (4)

Universidade Católica de Pelotas (1) – francine.marques@gmail.com

Universidade Católica de Pelotas (2) – camilinhacsg@hotmail.com

Universidade Católica de Pelotas (3) – danielle.daiello@hotmail.com

Universidade Católica de Pelotas (4) – critinejrib@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa visa analisar a segregação do espaço urbano como uma manifestação da questão social, acompanhando uma comunidade da periferia da cidade, que resiste há 20 (vinte) anos como posseiros. Problematicando a invisibilidade dessas famílias frente ao poder público, que inviabiliza as condições mínimas necessárias para a subsistência digna dessa população.

As famílias acompanhadas vivem em condições de vulnerabilidade social, cortadas em seu direito de existir. Portanto a proposta em tela é de trazer a oportunidade de ultrapassar a discussão teórica, e despertar o debate na comunidade acadêmica sobre as questões que perpassam as questões sociais e o direito à posse. Nessa análise abordamos a questão da segregação da periferia e a necessidade de reforma urbana, focalizando o estudo no loteamento Santa Cecília, localizado no município de Pelotas, que materializa toda a forma de exclusão e violação de direitos que ocorre nas periferias das cidades brasileiras.

Estudo de caráter interinstitucional, realizado em parceria entre a Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, através da Graduação em Serviço Social e o Programa de Pós-Graduação em Política Social, a Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e o Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas – SANEP, representado pelo trabalho Socioambiental, coordenado pelo Serviço Social.

### **2. METODOLOGIA**

A proposta metodológica utilizada neste estudo visa desenvolver uma pesquisa qualitativa sendo ela, documental e bibliográfica para produção, coleta e análise dos dados, bem como, utilizar a observação cartográfica no sentido de acompanhar os processos coletivos vivenciados pelas famílias. No que se refere ao estudo documental a proposta é analisar e avaliar o contexto histórico no qual foi construída a ocupação no loteamento Santa Cecília, buscar os documentos nas secretarias específicas do município e, em jornais locais, que possam oferecer os registros que informem a realidade da área e o processo de ocupação.

A pesquisa bibliográfica ocorre a partir de cinco categorias de análise, definidas como orientadoras para a fundamentação deste projeto: A função social da posse da terra/território e sua relação com os direitos humanos; o Direito à Cidade; Justiça ambiental e sua relação com as desigualdades; Políticas Públicas Sociais e Questão Social. Paralelamente, acompanhamos as famílias por intermédio da observação cartográfica, cujo instrumento de registro utilizado é o diário de campo, que preconiza o registro dos modos de vida das famílias envolvidas, seus desafios cotidianos, lutas e práticas de resistências coletivas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Milton Santos a partir de 1930, com o avanço do processo de industrialização brasileira, e a consolidação do sistema capitalista como modo de produção, ocorreu um grande deslocamento da população que residia no campo em direção as cidades em busca de condições melhores de vida. A falta de infraestrutura das cidades para alocar tantas famílias deu origem as primeiras favelas, que na sua grande maioria existem até hoje, e as quais ainda não possuem a estrutura física necessária, tais como saneamento básico, regulamentação fundiária, unidades básicas de saúde, entre outros, o que acaba colocando a vida dessa população em risco.

A reforma urbana é discutida no Brasil desde 1963, os avanços nesse sentido foram barrados com a implantação do regime autoritário que se deu com o golpe de 1964. Com o agravamento do quadro de desigualdade social, esse debate sobre reforma urbana tomou mais uma vez força com a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana em 1985, mobilizando sociedade civil e movimentos sociais e sindicatos na luta por moradia, denunciando a falta de investimento do setor público, a mercantilização da vida e o abandono da cidade, principalmente das zonas periféricas. O objetivo da reforma urbana é a redemocratização da cidade, a garantia do direito à uma vida plena e de qualidade que venha atender demandas como educação, saúde, lazer, entre outras.

Com a consolidação da luta por reforma urbana muitos avanços ocorreram, como as criações das leis orgânicas dos municípios, com a articulação da FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana), e a criação nos municípios de fóruns, conselhos e audiências públicas que, em tese, garantem o envolvimento da população na elaboração de um plano diretor específico para cada cidade. Contudo, mesmo com todos esses avanços ainda encontra-se entraves para a efetivação do direito à cidade, uma cidade para todos, como é o caso que encontramos no Loteamento Santa Cecília, localiza-se no bairro Três Vendas no município de Pelotas/RS e caracteriza-se por ser uma área de ocupação urbana.

As famílias que ali residem ocupam a referida área há 20 anos. Trata-se de famílias de trabalhadores, que na sua maioria ganham a vida na informalidade, oriundos do bairro Santa Terezinha, que faz divisa com a localidade. Os primeiros ocupantes da localidade residiam em casas cedidas ou alugadas que, sem condições de manter suas moradias, viram no leito da Sanga uma alternativa de um lugar próprio para morar.

A situação de pobreza vivenciada pelas famílias ocupantes do leito da Sanga é consequência da própria dinâmica do modelo de produção capitalista, manifestando-se como resultado de um processo social, oriundo do modelo de urbanização e formação das cidades contemporâneas. Para este, as áreas de ocupação são aquelas abandonadas, esquecidas, impróprias para o mercado imobiliário. Na maioria das vezes com restrição a ocupação, áreas de desmoroamento, alagadiças, sem infraestrutura urbana, como é esse caso.

O loteamento Santa Cecília encontra-se na no entorno da Sanga das Três Vendas, que é um braço hídrico do canal Santa Bárbara e atualmente recebe quase todo o esgoto doméstico das três vendas, tornando o local extremamente poluído. Esse curso hídrico corta a cidade e serve como escoadouro das águas pluviais e esgoto. A sanga das Três Vendas tem 5,258 km de extensão total e 2,470 km de extensão urbana. Atualmente todo o esgoto doméstico das três vendas é despejado ali, expondo a população a riscos ambientais extremos como erosão do solo, doenças de vinculação hídrica, entre outras. Por residirem em uma área de ocupação, eles não disponibilizam de saneamento adequado.

Ter direito à cidade é ter acesso a toda infraestrutura, ter os direitos sociais garantidos e esses sendo acessados através das políticas públicas. Considera-se que o direito a cidade pressupõe o acesso à terra urbanizada, condições dignas de habitação, serviços públicos essenciais com qualidade, acesso universal aos serviços de saneamento, iluminação pública, mobilidade e acessibilidade, transporte público com qualidade. Contudo, no loteamento Santa Cecília, identificamos que nem mesmo a Política de Assistência Social/PNAS, não está sendo assegurada, já que o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS Três Vendas não consegue atender a população que reside no local, fazendo com que as políticas sociais, muitas vezes não chegam aos que lá residem, inclusive programas como o Bolsa Família, por exemplo, que poderia oferecer uma relativa mudança na vida das pessoas, reforçando a ideia de que eles sofrem um processo de segregação, não conseguindo acessar os serviços públicos.

#### 4. CONCLUSÕES

Por se tratar de uma pesquisa que ainda está em fase de andamento, não conseguiremos expor um quadro fechado da realidade observada, e ainda se levarmos em conta que se trata de uma pesquisa qualitativa, de observação cartográfica, entenderemos que a realidade é mutável e que nesse momento é possível apenas inferir alguns aspectos do campo de estudo. Portanto, cabe salientar que o objeto dessa pesquisa é a discussão e a reflexão da realidade que vivem as famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução da desigualdade social.

Pesquisar a função social da posse da terra é investigar o processo de urbanização histórico que passou todo um contingente populacional, é reconhecer os conflitos de ordem econômica, política e geográfica que pulsam no interior das cidades. Tornando a pesquisa em questão uma ferramenta para estudar o resultado da urbanização caótica, analisando suas condições de vida, a desproteção social e a invisibilidade pública, pautando os direitos sociais e humanos não garantidos, na constituição do desenho urbano na formação da sociedade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Livro

- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos 1992;
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BOCCHINI, M. Ot. et al. **Cartilha “Vamos mudar nossas cidades?”**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- DCARMO, C. **Cartografias contemporâneas: memória e cidade na ficção**. Ilhéus: Ed. UESC, 2011.
- GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 2001.
- GUATTARI, F. **Micropolítica: Cartografias do Desejo. Petrópolis**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000;
- LUSTOSA, M. G. O. **Reforma agrária à brasileira**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

- PASSOS, E. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre – Rio Grande do Sul, 2009.
- PEREIRA, P. A. P. **Política social temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.
- RAMMÊ, R. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2012.
- SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- SILVA, J. S. **Regularização fundiária, exercitando um novo paradigma: um conflito também ideológico** – apresentação de casos. In: IPEA. Planejamento e políticas públicas, n. 34, p. 241-257. Brasília: IPEA, 2010.
- TREVAS, V.; MAGALHÃES, I.; BARRETO, L. (Orgs.) **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998

#### Tese/Dissertação/Monografia

- MOURAD, L. N. **Democratização do acesso à terra urbana em Diadema** (Dissertação de mestrado) Campinas: PUC Campinas, 2000.

#### Documentos eletrônicos

- ALFONSIN, Jacques Távora. **A função social da posse como pressuposto de licitude ético-jurídica do acesso e da conservação do direito à terra**. Acessado em 17 fev. 2014. Disponível em: <http://www.cj.ufsc.br/capturacriptica/documents/n1v2/parciais/ribas%28n1v2%29>
- INCRA. **Cidadania e Reforma Agrária**. Acessado em 03 de mai. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>.